

DOSSIÊ

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

As mudanças ocorridas no âmbito da Administração Pública nos últimos anos, principalmente, em face da formulação e implementação de políticas públicas em diversas áreas, tem exigido (re)pensar os instrumentos de gestão e os modelos de Estado frente as suas relações com a sociedade civil. Isso também requer perfis distintos e diferenciados dos gestores e servidores públicos.

Do ponto de vista democrático, as políticas públicas passam a ser praticamente a razão de ser do Estado, sendo cada vez mais coproduzidas em parceria com a sociedade civil, trazendo a tona várias questões quanto aos processos de coordenação, cooperação, controle social e transparência. A lógica de quanto mais democracia mais demandas por políticas públicas parece ter avançado nos últimos anos e, mais recentemente, ter um arrefecimento frente as rupturas democráticas sofridas a partir de 2016. A efervescência midiática da corrupção enquanto problema público premente, a descrença na política, as patentes reações das elites frente à diminuição das discrepâncias sociais devido as políticas sociais e os avanços de pautas conservadoras no contexto mundial e brasileiro, têm cada vez mais fragilizado a administração pública e as ações públicas, provocando desmontes, desgastes e desestruturas sociais.

Frente a tal panorama, mais que nunca é preciso investir esforços para o debate e formação crítico-reflexiva de gestores e servidores públicos, bem como, fortalecimento das bases da sociedade civil. Reafirma-se, assim, a necessidade de novos perfis de gestores para a administração pública e para as políticas públicas que passam a compor as agendas a partir do final da década de 1990. As necessidades do fortalecimento da democracia com um ethos republicano,

de um lado, e as necessidades de profissionalização e desburocratização trazidas pelas perspectivas gerenciais da Administração Pública, de outro, aparecem como premissas neste contexto. Com a assimetria de informações, identidade difusa com a administração privada, carência de tecnologias adequadas e formação própria, criam-se novas demandas por formação e pesquisa do Brasil sobre a administração/gestão pública e as políticas públicas (COELHO, 2008).

No Brasil, emerge o movimento que se expressa no número crescente de pesquisas, de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, no aparecimento, nas universidades e fora delas, das primeiras “Escolas de Governo” e de núcleos de estudos sobre o tema. A partir de 2005, iniciou-se a expansão dos cursos de graduação por meio do avanço do denominado Campo de Públicas. Tal expansão se dá também devido ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), pelo Governo Federal, que permitiu a criação e expansão de diversos cursos. Destaca-se também a criação do Programa Nacional de Administração Pública, PNAP, coordenado pela Capes, no âmbito no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criando editais públicos possibilitando que as instituições de ensino superior (IES), ofertasse cursos a distância de bacharelado em Administração Pública, além de especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão Pública em Saúde (LÚCIO, 2018).

Forma-se um movimento de pessoas e instituições vinculadas a diferentes cursos, compartilhando de um imaginário instituinte para a administração e gestão no setor público, baseados em valores pautados no ethos republicano e da democracia. O Campo de Públicas, enquanto movimento de luta, emerge da

busca no reconhecimento e valorização do ensino, formação, pesquisa e extensão. Sua maior bandeira levantada foi a de diferenciação e separação dos cursos de públicas dos cursos de cunho empresarial. Por meio deste movimento, dada a vasta oferta de cursos de graduação e a busca de identidade de marcas as diferenças com a administração empresarial, encampa-se como principal pauta a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais para Bacharelados em Administração Pública (Resolução CNE/CES nº 01/2014) aplicadas aos diferentes cursos ofertados.

O Campo de Públicas passa a ser cada vez mais fortalecido enquanto um campo de práticas e saberes interdisciplinares, envolvendo conhecimentos de áreas como Direito, Ciências Sociais, Administração e Economia, tendo como objetos principais as organizações públicas, a gestão pública, a política, as políticas públicas e o desenvolvimento.

Em 2007, surge um importante marco da institucionalização do Campo, durante o VI Encontro Nacional de Estudantes de Administração Pública (ENEAP) realizado na UDESC - ESAG, que foi a fundação da Federação Nacional dos Estudantes de Administração Pública (FENEAP) e do Fórum dos Coordenadores dos Cursos de Administração Pública. Esses passaram a ser chamados de Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas, em 2013; e de Fórum de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas (FP3CP), desde 2011 (PIRES et. all., 2014). Entre 2007 e 2014, após a realização de 15 (quinze) Fóruns passa-se a investir na criação de organizações representativas. Em 2013, foi fundada a Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), derivada de uma divisão do Encontro Nacional de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), tendo como foco os cursos de pós-graduação. Em 2015, há a criação da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), tendo como foco os 381 cursos em funcionamento e legalmente reconhecidos, sendo 260 presenciais 28.617 vagas, e 121 cursos a distância, ofertando 212.293 vagas (E-MEC, 2018).

A ANEPCP realizou nos dois últimos anos o I e II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de

Públicas, em Brasília-DF, com o objetivo de debater questões contemporâneas em torno da administração pública e das políticas públicas. A última edição, cujo tema central foi “Democracia e Direitos: dimensões das políticas públicas e sociais”, foi realizada de 04 a 08 de dezembro de 2017. Além de conferências, mesas-redondas, rodas de conversa, fóruns e oficinas com participantes nacionais e internacionais, foram apresentados 73 trabalhos científicos, em 12 Seminários Temáticos.

Buscando difundir cada vez mais questões contemporâneas sobre os temas abordados, surgiu a parceria da ANEPCP com a Revista Interfaces Científicas – Direito para elaborar este dossiê, contendo alguns dos melhores artigos indicados para sistema *fast track*. Este número da revista, portanto, alguns trabalhos apresentados no evento que tratam de questões contemporâneas da Administração Pública e das Políticas Públicas, envolvendo temas como controle social, corrupção, transparência, participação, ação coletiva, federalismo, golpe de Estado, resistência popular, instrumentos de políticas públicas e perfis de competências dos gestores públicos. Esses são temas de suma importância para as Ciências Humanas e Sociais e mantem relação direta e transversal especialmente com o Direito, tendo em vista que além dos conhecimentos essenciais desta área para o Campo de Públicas, cotidianamente percebemos interações no que diz respeito a judicialização das políticas públicas e os alertas sobre os riscos de politização/partidarização da justiça.

Os artigos que compõem este dossiê são de autoria de acadêmicos (professores e estudantes) e praticantes com forte atuação e reflexão sobre o campo de públicas, principalmente, no que diz respeito aos processos democráticos a defesa de direitos. Os oito trabalhos que compõem esta edição, expressam debates relevantes sobre questões contemporâneas, a partir de pesquisas teóricas e empíricas realizadas em diferentes partes do Brasil, tratando sobre temas como participação e controle social, acesso e implementação de políticas públicas no sistema federalista e perfis de competências dos servidores públicos.

O primeiro artigo **Resistência Social e Contestação População ao Golpe de 2016 no Brasil: aporias a uma era de mediocridades e outros insultos**, de autoria de José Celso Cardoso Jr e Sérgio Roberto Guedes Reis, servidores públicos federais atuantes no campo da pesquisa, traz uma análise de 550 textos nacionais e internacionais que foram divulgados no período de 2015 e 2016, durante a tramitação do processo de impeachment a presidenta Dilma Rousseff. O texto alerta quanto ao “projeto golpista de desenvolvimento, se é que se pode chamar de desenvolvimento o ideário liberal-conservador ora em curso no Brasil”.

Os autores Murilo Borsio Bataglia e Ana Claudia Farranha, da Universidade de Brasília, também trazem uma análise referente ao período de 2015 e 2016, tendo como foco a análise dos pedidos de acesso do Executivo Federal quanto a corrupção, tema que se ressaltou como problema público nos últimos anos. O artigo **Controle Social e Acesso à Informação: o papel da transparência passiva no enfrentamento da corrupção**, busca responder se “a transparência passiva realmente propicia o controle social?”. Para isso, faz correlações entre as categorias corrupção, controle social, transparência e acesso à informação.

O Prof. Franco de Matos, também da Universidade de Brasília, apresenta um artigo sobre questões emergentes nas políticas públicas. O texto **Instrumentos de Políticas Ativas para o Fomento do Trabalho Prisional no Brasil**, traz resultados de pesquisa empírica sobre as políticas de fomento ao trabalho de presidiários em regime fechado e semiaberto. Os resultados apontam que “80% da população prisional é privada do direito ao trabalho por falta de oportunidades, impedindo que tenham acesso à renda, benefícios como remição e demais ganhos relacionados à experiência e aprendizado ao desenvolverem atividades laborais durante o período de privação de liberdade”. Propõe-se, ainda, uma importante agenda de pesquisa sobre o tema.

Também trazendo outras questões sobre acesso e implementação de políticas públicas, o artigo **Interações Sociopolíticas e o Acesso às Políticas Públicas na Periferia: um estudo de caso sobre movimentos associativos do Município de Lavras – MG**, de Jé-

sika Jonas Clemente Silva e Julia Moretto Amâncio, revelam resultados sobre as múltiplas formas de participação, ação e organização microterritorial de comunidades de periferia para acesso políticas públicas. Deste modo, são destacados repertórios de ação coletiva nas relações Estado-sociedade civil.

Um conjunto de professores e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, formado por Bruno Costa, Cadmiel Mergulhão, Maria do Livramento Clementino, Lindjane Almeida e Raquel Silveira, apresentam o artigo **Perspectiva de uma Metrópole em Formação: cooperação e coordenação na Região Metropolitana de Natal/RN**. Trata dos mecanismos de coordenação e cooperação intergovernamental na gestão da metrópole estudada, apontando para a inexistência de ações efetivas do governo estadual levando a omissão do papel coordenador.

O Prof. Alisson Haley de Santos, da Universidade Federal de Campina Grande, colabora com este dossiê, com um ensaio teórico sobre **As Instâncias Participativas como Mecanismos de Cooperação Vertical no Arranjo Federalista Brasileiro: estágio atual e possibilidades**. Neste faz-se uma análise dos instrumentos de participação institucionalizada, inclusive das Comissões Intergestores.

Os dois últimos trabalhos apresentam questões relacionadas ao perfil dos servidores públicos e suas competências, outra questão de suma importância conforme anunciada no início deste prefácio. O artigo intitulado **Perfil de Competências dos Servidores Técnico-administrativos de uma Jovem Universidade: novos perfis numa tradicional burocracia?**, de autoria de Marta Lúcia Silva, Edgilson Tavares de Araújo e Lys Vinhaes, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, traz resultados de uma pesquisa exploratória com 44 Técnicos Administrativos em Educação (TAE) atuantes num Centro de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) que existe há 10 anos. Os resultados apontam para diferenciação nos perfis socioeconômicos dos TAEs, mas, que apesar disso e das “estruturas mais flexíveis e menos hierárquicas, tende-se a continuar com velhos vícios das antigas burocracias e suas disfunções”.

Por fim, o texto de Mateus Muniz Corradini e Patrícia Vendramini, da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG-UDESC), **Avaliação de Competências Operacionais do Futuro Oficial do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**, traz resultados de uma pesquisa descritiva realizada em três turmas do Curso de Formação de Oficiais. Os resultados evidenciam as exigências de competências técnicas e comportamentais destes servidores públicos, frente as necessidades destas

formações para que as atividades dos bombeiros possam “ser executadas com segurança, qualidade e com a máxima assertividade”.

Esperamos que o conjunto de textos aqui reunidos tragam contribuições e despertem novas agendas de pesquisa e ação no campo da Administração Públicas e das Políticas Públicas. Que a leitura desperte novas luzes e novas inquietações para a produção de conhecimentos no Campo de Públicas e nas Ciências Sociais Aplicadas!

Prof. Dr. Edilson Tavares de Araújo
(UFRB; ANEPCP)

Profa. Dra. Lindijane de Souza Bento Almeida
(UFRN; ANEPCP)

Profa. Dra. Magda de Lima Lúcio
(UnB; ANEPCP)

Profa. Dra. Fernanda Natasha Bravo Cruz
(UNB)

Profa. Dra. Maria Isabel Araújo Rodrigues
(FJP)

Profa. Dra. Renata Callaça Gadioli
(UNB)